

Políticas Públicas de Revitalização Urbana: Uma abordagem no turismo e lazer da cidade de Natal/RN

Aylana Laíssa Medeiros Borges/UFRN¹
Luana Dayse de Oliveira Ferreira/UFRN²
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega/UFRN³

Resumo

A pesquisa versa sobre políticas públicas de revitalização urbana e as alterações dos espaços para fins do turismo e do lazer. Objetiva identificar as políticas públicas de revitalização da cidade de Natal/RN, utilizou-se de pesquisas bibliográfica e documental. Como resultados, observou-se uma tentativa de desenvolver e efetivar as políticas de forma intersectorial, a partir do envolvimento de diferentes secretarias ou departamentos do governo; percebeu-se a busca por envolver diferentes atores no processo de elaboração das políticas, em destaque a comunidade local, tanto para fins de elaboração dessas políticas quanto com relação as definições sobre a democratização do uso dos espaços. A pesquisa revelou que o ambiente da política é complexo dada as relações necessárias e a gama de atores que precisam ser envolvidos no processo. Contatou-se também que a relação entre setor público e privado necessita de cooperação, uma vez que, ambos influenciam na dinâmica política.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Revitalização, Turismo e Lazer.

Public policies for Urban Revitalization: an approach on tourism and recreation in the city of Natal/RN

Abstract

The research focuses on public policies for urban revitalization and the changes of spaces for tourism and leisure purposes. Identify the public policy objective of revitalizing the city of Natal/RN, bibliographical and documental research. As a result, there was an attempt to develop and implement policies for intersectoral way, from the involvement of different Secretaries or departments of the Government; It was noticed the search involving diferente actors in the policy-making process, the local community, so much for the purpose of preparation of such policies as regarding the settings on the democratization of the use of the spaces. The research revealed that the political environment is complex, given the necessary relations and the range of actors that need to be involved in the process. Contacted that the

¹ Discente de Doutorado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal/RN, Brasil.
E-mail: aylanaborges@outlook.com

² Discente de Mestrado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal/RN, Brasil.
E-mail: luana.ldof2@hotmail.com

³ Professor e Coordenador do Programa de Mestrado e Doutorado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal/RN, Brasil.
E-mail: wilkernobrega@yahoo.com.br

relationship between the public and private sectors requires cooperation, since both influence the political dynamic.

Keywords: *Public policy, revitalization, tourism and recreation.*

1 Introdução

Como parte do lazer e do consumo das cidades, o turismo participa da política pública de gestão urbana em diferentes níveis. Mais do que um potencial patrimonial, o turismo possibilita a reflexão de questões simbólicas nos projetos de revitalização de áreas centrais, destacando a interface entre cidade, sociedade e turismo.

O entendimento acerca das características das políticas públicas de revitalização e seus aspectos de desenvolvimento local carecem de atenção e debate. As cidades vivenciam um rápido e exigente processo de transformação estrutural, fazendo-se necessário questionar como as comunidades estão sendo consideradas em meio a estas alterações e se os valores históricos e culturais de cada lugar estão sendo de fato apreciados em tais políticas.

Diante deste cenário, investigar e analisar as políticas neoliberais que estão influenciando, ou podem vir a influenciar a revitalização de áreas urbanas, compõe o tema central deste estudo. Nesta perspectiva, delimitou-se para esta pesquisa a cidade de Natal/RN, a escolha do campo justifica-se pela presença de atrativos turísticos, além de possuir valor histórico e cultural merece ser valorizado pelas políticas propostas, uma vez que são meios motivadores de deslocamentos para a prática do turismo e/ou lazer.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, baseada na análise de documentos que abrange o estudo do caso de Natal/RN. Acredita-se que uma investigação sobre as políticas públicas locais, em especial, de revitalização, pode trazer ponderações sobre sua efetividade, além de identificar documentos que necessitam ser revistos e alterados, ou que precisam ser melhor planejados, pensando em atingir os objetivos de maneira mais eficaz. Dessa forma, foram analisados documentos de programas, planos e ações das instituições governamentais da cidade de Natal/RN, pois, de acordo com Secchi (2014) grande parte da construção teórica dos estudos de políticas acontece sobre a análise desses documentos. Sendo assim, a política pública como conceito abstrato se materializa por meio de instrumentos, tais como, programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias entre outros.

O presente artigo revela dados de uma investigação cujo objetivo central foi analisar as políticas públicas de revitalização de áreas urbanas com apelo turístico e de lazer das cidades de Natal/RN. Para tanto, delimitou-se como objetivos intermediários: identificar as políticas públicas de revitalização das áreas urbanas turísticas e de lazer dos municípios de Natal, além de ser possível verificar quais os atores envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas de revitalização na cidade de Natal/RN.

Dessa maneira, apresentar-se-á, em sequência, uma visão geral dos conteúdos teóricos que embasam este estudo, tratando primeiramente dos aspectos conceituais das políticas públicas de revitalização urbana, turismo e lazer e, depois, das possibilidades de desenvolvimento do turismo e do lazer em áreas urbanas revitalizadas. Dando seguimento, apresenta-se a metodologia da pesquisa, a análise e

discussão dos resultados, as considerações finais e as referências utilizadas para este trabalho.

2 Aspectos conceituais sobre Políticas Públicas de revitalização urbana, turismo e lazer

A definição e existência de políticas públicas sugerem influências na econômica e nas sociedades, uma vez que se discute a partir dessas as possíveis inter-relações entre o Estado e os elementos que envolvem o viver coletivamente, considerando aspectos, por exemplo, como a cultura, o espaço urbano, o meio ambiente e as relações humanas. Tem-se que as intervenções dos governos apresentadas por meio de políticas públicas visam e são justificadas, em sua maioria, pela contribuição dada ao desenvolvimento local e regional de um lugar.

Bahia e Figueiredo (2013) esclarecem a política pública como um campo do conhecimento que procura orientar o governo para realização de ações, destacando a necessidade de analisá-las, para propor mudanças coerentes em meio ao andamento de determinada ação. Dessa maneira, cabe uma reflexão sobre como as políticas públicas se enquadram e interferem no processo de ordenamento urbano, e como a revitalização desses espaços caracterizam a formação da sociedade.

Souza (2006) resume política pública como o campo do conhecimento que tem como intuito, ao mesmo tempo em que, “coloca o governo em ação” e/ou também se dispõe a analisar essa ação e quando necessário, propõe mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Partindo da compreensão que o sistema político orienta para uma perspectiva de metas e objetivos a serem alcançados em diversos âmbitos, seja social, econômico, cultural, e ambiental, tem-se que a implementação de meios visando atingir objetivos nacionais é o que caracteriza o referido sistema com base em áreas como a saúde, educação, justiça, dentre outros, o lazer. (PRONOVOST, 2011).

Em se tratando do lazer, é pertinente esclarecer que as mudanças no âmbito trabalhista, especialmente no que se refere ao surgimento do tempo livre e a utilização desse tempo para atividades de descanso, saúde, fuga da rotina diária e/ou divertimento, converge para uma ênfase na necessidade do lazer para as sociedades modernas, como item importante para dinâmica da vida cotidiana. (Bahia e Figueiredo, 2013). Contudo, de acordo com os autores, as políticas públicas destinadas para garantia do acesso ao lazer não encontram-se necessariamente relacionadas ao planejamento e desenvolvimento do conceito de lazer, podendo ser encontradas nas políticas de democratização a cultura, nas políticas de esporte e lazer, nas políticas de saúde, e, até mesmo, nas políticas de criação e manutenção de espaços públicos.

Entende-se que as práticas do lazer acabam sendo desenvolvidas de forma intersetorial, isto é, compondo o quadro de atividades de outros órgãos do governo, e sendo realizadas por diferentes secretarias ou departamentos que constituem uma administração pública. Conforme Pronovost (2011) há algumas décadas as cidades foram favorecidas com serviços públicos de lazer, isto é, equipamentos foram construídos, fixados ou transformados, tendo sido, destinados significativos esforços financeiros. O autor ainda acrescenta que quanto ao próprio lazer, os serviços públicos locais encontram-se em processo de mudança.

A sociedade, desde o final do século XIX até os dias atuais, vem passando por mudanças sociais, econômicas e políticas de caráter estrutural, o que resulta em

modificações na dinâmica do mercado e também na vida das pessoas (LOUREIRO; SANTOS, 2006).

Para Castro e Figueiredo (2013) uma das razões para tais mudanças, considerando os processos de modificação, adaptações estruturais e de funcionalidades, seria em virtude do turismo e, portanto, a percepção de como essa atividade econômica pode influenciar nos debates acerca dos usos dos espaços públicos. Destaca-se que uma crescente preocupação de algumas cidades com seu patrimônio cultural e arquitetônico, no final do século XX, colaborou para a elaboração e execução de planos de revitalização, especialmente de centros históricos. (SANTOS; CASTROGIOVANNI, 2010).

O termo revitalização tem sido utilizado como sinônimo de intervenção urbana, sendo considerado abrangente e que refere-se a “um conjunto de ações, a fim de permitir a um determinado espaço nova eficiência, novo sentido em seu uso, visando uma melhoria do espaço e do seu entorno”. (BEZERRA; CHAVES, 2014, p. 1).

Conforme os autores, diversas intervenções têm acontecido nas áreas centrais das cidades, em centros históricos, áreas de periferia, de preservação, espaços sem uso ou degradados, e lugares de usos comuns à população rica e pobre com o intuito de melhoria estética ou a procura de renovação urbana, baseadas em projetos urbanos que objetivam a requalificação urbana. Dessa maneira, a revitalização urbana vem ganhando força e destaque para a compreensão da dinâmica urbana contemporânea, uma vez que tem-se a preocupação de assimilar junto a este processo todo o valor histórico, cultural e social do lugar.

Em consonância, Nóbrega (2013, p. 92) elucida que “a atividade turística vem ocupando um papel de destaque na economia de várias nações nos diferentes continentes em todo planeta.” o autor ainda procura esclarecer que o poder público vem buscando planejar e gerenciar o setor com o intuito de desenvolver as regiões, considerando as particularidades existentes, e com fins de proporcionar melhorias na qualidade de vida de residentes e visitantes, destacando ainda que em virtude das influências sofridas a organização urbana vem ganhando diferentes adaptações com relação a dimensão estética e de infraestrutura no planejamento.

Para Leite (2004) as intervenções urbanas que vinham se proliferando nas cidades, nas últimas décadas, correspondiam a políticas de revitalização, que tinham como efeito mais perceptível a modificação da paisagem urbana em áreas de entretenimento urbano e de consumo cultural, mas que não demonstravam ser suficientes para compreensão do processo de revalorização de áreas centrais e do patrimônio histórico como espaços turísticos.

Baseadas na recuperação seletiva de elementos do passado, de acordo com a conveniência do presente, por meio do patrimônio edificado e do resgate de manifestações culturais, a gentrificação e a segregação social do espaço são apontadas por Harvey (2005) como uma consequência de projetos urbanos pós-modernos voltados para uma excessiva orientação de mercado, conduzidos pelo valor econômico e pelo poder político diferenciado de segmentos sociais específicos.

Com isso, percebe-se que o mercado contemporâneo baseado em aspectos da globalização, ou ainda de aparências padronizadas, passou a requerer esforços no sentido de transformações locais para despertar determinados interesses, em especial em âmbito econômico, de modo a deter investimentos do setor público e privado. E o turismo passou a ser visto como oportunidade de desenvolvimento nesse mercado, a

partir de elementos locais organizados, porém devendo ser apresentados sob uma lógica de estratégias diversas com o intuito de despertar uma curiosidade e/ou motivação para o deslocamento e consequente visitação de um destino.

2.1 Possibilidades de desenvolvimento do turismo e lazer em áreas urbanas revitalizadas

As mudanças ocorridas da estrutura social industrial para a pós-industrial moderna, sobre as questões relacionadas ao trabalho e ao tempo livre, começaram a emergir no contexto social. Assim, os valores sociais básicos passaram a mover-se do mundo do trabalho para buscar refúgio no campo do ócio, enquanto os avanços tecnológicos auxiliaram para o desenvolvimento do turismo. (MACCANNEL, 2003).

Dessa forma, o turismo e o lazer frente a este contexto, são fenômenos que concretizam uma nova necessidade criada pelo homem pós-moderno. De acordo com Dumazedier (1994, p.38) “o turismo é um fenômeno histórico sem precedentes, na sua extensão e no seu sentido, é uma das invenções mais espetaculares do lazer da sociedade moderna”. Figueiredo (2009) também identifica o turismo como a forma de viagem exclusiva advindo da modernidade e sendo um pilar da pós-modernidade.

Marcellino (2008) ressalta a importância do entendimento do lazer na sociedade, conceituando-o como sendo uma cultura vivenciada (praticada, fruída ou conhecida) no tempo disponível das obrigações profissionais, escolares, familiares e sociais. Destaca-se ainda que o lazer, na visão do autor, está diretamente ligado a elementos como tempo e atitude. Entende-se que o aspecto cultural utilizado pelo autor não minimiza apenas aos conteúdos artísticos, mas sim, abordando diversos conteúdos culturais.

Além disso, outro aspecto relevante refere-se ao lazer e turismo como direitos garantidos na sociedade, estando registrado na Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e sendo caracterizado como uma atividade democratizada. Conforme Marcellino (2008, p.15) “para a efetivação das características do lazer, é necessário, antes de tudo, que ao tempo disponível corresponda um espaço disponível”, podendo ser equipamentos públicos e privados, específicos ou não específicos do lazer⁴.

Já que a prática do lazer necessita de tempo livre e espaço disponível, levando em consideração a relação existente entre lazer na sociedade moderna e urbanização, pode-se verificar alguns descompassos que foram derivados do crescimento das cidades, e causados pela aceleração imediata do processo de modernização.

Cita-se então que com relação a espaços disponíveis, Figueiredo e Castro (2013) colocam que além das áreas de lazer e circulação tradicionais existentes (praças, jardins, parques, por exemplo), outros espaços são criados com fins de configurar-se como equipamentos urbanos públicos ou semi-públicos (roteiros são criados, praças são construídas, locais para comprar são estabelecidos, para “conhecer” a cultura local, e para saborear itens gastronômicos do lugar).

Vale salientar, que para Marcellino (2008) é relativamente recente a preocupação com os efeitos nocivos a estrutura social das cidades causadas pelo processo de

⁴ Equipamento não-específico, entende-se que não foram criados para a prática das atividades de lazer, mas que depois tiveram sua destinação específica alterada; Equipamento específicos são construídos com a finalidade da prática do lazer.

urbanização, e que as ações predatórias, ocasionadas pelos interesses imediatistas, provocam problemas sérios que afetam a qualidade de vida e o lazer das populações, contribuindo para a violência e a falta de segurança. Percebe-se, pois, a relevância do incentivo ao lazer, e a pertinência da formulação e também manutenção das políticas públicas existentes.

Moragas (2007) considera que as políticas públicas de lazer possuem um sentido maior como a melhoria da qualidade de vida da população, pressupõe ainda que é possível uma adoção de uma visão humanística do urbano, onde a cidade é vista como um “habitat”, onde o homem vive e também aspira seu lazer. Nesta lógica, se faz importante a ordenação e ocupação do território, assim como a localização de forma estratégica dos equipamentos de lazer para que sirvam de estímulo para utilização pela população, e também a preservação do patrimônio ambiental urbano.

Entende-se que o lazer, com suas particularidades, contribui de forma prazerosa no processo de valorização e preservação do patrimônio, além de cumprir um relevante papel na revitalização dos espaços e equipamentos, tornando fundamental a consideração dos patrimônios artísticos, arquitetônicos e urbanísticos, uma vez que faz parte da memória das cidades enobrecendo a paisagem urbana.

Neste contexto, Moragas (2007) retrata o lazer como algo que é inerente ao homem, e revela que a estrutura da cidade deveria proporcionar uma humanização, que lhe foi tirada por causa do desenvolvimento acelerado provocado pela industrialização.

Para Marcellino (2008, p.20) “o patrimônio ambiental urbano, desde que preservado e revitalizado, pode e deve se constituir em novos equipamentos específicos de lazer”. E a utilização desses patrimônios revitalizados, conforme o autor, auxilia de maneira significativa para proporcionar uma vivência mais rica do ambiente urbano, descaracterizando a monotonia dos conjuntos de comunidades, e estabelecendo pontos de referência e vínculos efetivos.

Além disso, nos casos de revitalização urbana, deve-se destacar esse processo como proporcionador de produção de novos cenários, ou novas paisagens, apresenta-se enquanto uma articulação específica entre a recuperação das edificações nomeadas como históricas e as novas construções de caráter monumental. (BOTELHO,2005).

Nesse sentido, vê-se a possibilidade de promover a preservação da identidade local, ao passo que se mantém ou, até mesmo, aumenta-se o potencial turístico das cidades. Barretto (2013) explica que os espaços revitalizados têm levado a uma associação com o turismo, pois a medida em que acontecem as mudanças do processo de revitalização ocorrem transformações em lugares de lazer urbano e, possivelmente, em atrativos turísticos.

Diante disso, experiências de revitalização urbana em espaço de potencial turístico promove a valorização paisagística, fomentando assim desenvolvimento local, tornando esse ambiente mais competitivo. Além disso, o papel da população nesse processo de revitalização está diretamente relacionado ao bom desempenho da elaboração da política que objetiva concretizar o projeto de revitalizar o espaço sem descaracterizar os aspectos culturais e identidade local.

3 Metodologia

Como fonte de embasamento teórico, a investigação bibliográfica desenvolvida neste artigo analisou referências relacionadas às seguintes temáticas: políticas públicas,

planejamento e desenvolvimento local, e revitalização de áreas urbanas, especialmente no que tange à utilização destes espaços para o turismo e o lazer.

A fim de analisar as políticas públicas de revitalização das áreas urbanas de turismo e lazer da cidade de Natal, foram levantados por meio de pesquisa documental os dados registrados e disponibilizados pela prefeitura municipal da referida cidade. Tratou-se da análise de informações das secretarias municipais de meio ambiente e urbanismo, comunicação social, turismo, e serviços urbanos; dos conselhos municipais de turismo; além das secretarias estaduais de infraestrutura e do Governo Federal, sob a coordenação do Ministério do Planejamento.

Os dados coletados foram analisados qualitativamente (Richardson, 1999), dessa forma, serão apresentados os programas, projetos e ações elaborados pelo poder público visando a utilização de áreas urbanas para o turismo e o lazer. Sendo assim, tornou-se possível identificar as políticas públicas de revitalização das áreas urbanas turísticas e de lazer do município de Natal/RN, bem como verificar quais os atores envolvidos no processo de elaboração das políticas públicas de revitalização existentes nestes municípios.

Considerando os objetivos citados e com o intuito de melhor apresentar os resultados da pesquisa, serão a seguir apresentados os resultados obtido por meio da pesquisa documental.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 Políticas Públicas de revitalização e atores envolvidos na elaboração e implementação das políticas em Natal/RN.

Antes de adentrar nas políticas públicas de revitalização da cidade de Natal/RN, vê-se como pertinente levantar alguns aspectos característicos locais a fim de apresentar um pouco as configurações urbanas do referido campo em estudo. A cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, foi fundada em 1599 às margens do Rio Potengi, possui área de 170, 298 Km², com população estimada de 817. 590, no censo do IBGE de 2012, e é conhecida pela sua extensão de faixa litorânea, com mais de 400 Km² (IBGE, 2012).

A urbanização da cidade teve início no século XX com o Governo de Pedro Velho (1892-1896), que visualizou no bairro de Petrópolis e Tirol características de uma cidade nova, pronta para ser edificada e planejada. Por meio do Plano Polidrelli idealizou-se um bairro novo para o município, somando-se aos existentes Cidade Alta e Ribeira, o qual ficou conhecido como Cidade Nova.

A partir desse plano houve mudanças físicas na cidade, afetando a distribuição geográfica das camadas sociais, pois na área denominada de Cidade Nova surgiu a elite Natalense, enquanto, nas margens do oceano atlântico se montava um conjunto de favelas. (TAQUARY; FAGUNDES, 2010).

Nos dias atuais a gestão do município de Natal é regida sob Plano Diretor instituído pela Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007, sendo um instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, com objetivo explícito no Art. 2º de garantir pleno desenvolvimento das funções sociais, e ambientais da cidade e da propriedade, garantindo um uso socialmente justo e ecologicamente equilibrado do seu território, de forma a assegurar a todos os seus habitantes, condições de qualidade de vida, bem-

estar e segurança. Assim, definem-se as regras de uso e ocupação do solo, contemplando aspectos como serviço de saúde, habitação, meio ambiente e limpeza urbana.

Verifica-se que no Plano diretor da cidade de Natal, no Art 3º, assegura a preocupação com a preservação, proteção e recuperação do meio ambiente e da paisagem urbana, com o intuito de garantir a manutenção equilibrada dos recursos naturais, além da qualidade de vida para os habitantes, incentivo à atividade econômica, bem como, a proteção ao patrimônio histórico e cultural da cidade.

As políticas públicas de revitalização urbana propostas para serem realizadas na cidade de Natal serão apresentadas a seguir, e na sequência dados sobre Recife serão mencionados juntamente com as políticas existentes. Nos Quadros 01 e 02, encontrar-se-á informações acerca: da secretaria a qual a política foi proposta; dos planos, programas e/ou projetos elaborados; o objetivo de tais documentos; as ações pretendidas, e a situação destas propostas.

Algumas das políticas públicas de revitalização urbana, a nível municipal, propostas para serem realizadas na cidade do Natal, serão apresentadas a seguir, no Quadro 1. Foram destacadas as secretarias que planejaram as políticas (planos, programas, ou projetos); o objetivo de tais documentos e/ou as ações pretendidas, bem como a situação destas propostas.

Quadro 01: Políticas Públicas de revitalização Urbana de Natal/RN

Secretaria /Órgão	Plano/Programa/ Projeto	Objetivo	Ação/Situação
Meio Ambiente e urbanismo	Plano de ordenamento, gestão e fiscalização integrada da Orla de Ponta Negra/RN (Proposta 1).	Melhorar a qualidade ambiental, paisagística e as condições de uso da Praia; Ampliar a atratividade turística; Sanar pendências judiciais.	A Orla foi dividida em 10 trechos; Estabelecimentos de normas gerais relativas a localização, funcionamento aplicadas as atividades desenvolvidas no espaço público. Projeto em andamento.
	"Nossa Cidade Mais Limpa" (Proposta 1.1).	Limpar os monumentos públicos, retirar as publicidades ilegais e devolvendo o aspecto original ao empreendimento.	O Complexo Viário do 4º Centenário, na zona Sul de Natal; O Viaduto de Igapó e o viaduto da Praia do Forte passaram pelo trabalho de revitalização, Ponte Newton Navarro e o Viaduto da Urbana. Projeto em andamento.
Serviços Urbanos	Recuperação dos banheiros públicos da Orla de Ponta Negra (Proposta 2)	Reparação de danos causados pela depredação desses equipamentos públicos.	O trabalho inclui substituição de peças quebradas e outros consertos necessários devido à falta de cuidado com o patrimônio público. Projeto em andamento.

	Reurbanização da praça Largo Djalma Maranhão – Av. do contorno (Proposta 4)	Tornar a área de abrangência da Praça em um ponto de atração turística da cidade.	Reformar a praça existente. Projeto em andamento.
Conselho Municipal de Turismo	Plano de Gestão Municipal de Turismo	Propor ações para fortalecer a Área Turística de Natal como importante indutor de inclusão social, de modo a elevar a qualidade dos produtos turísticos, promover a sua competitividade nos mercados regional, nacional e internacional e a geração de trabalho e renda; além da requalificação, ampliação e diversificação da oferta, e o aumento do gasto turístico e da receita do Município de Natal.	Elaborar planos: Plano de Marketing; Plano de Fortalecimento Institucional e Plano de Desenvolvimento do Turismo.
Estado da Infraestrutura	Projeto de reestruturação da Avenida Engenheiro Roberto Freire	Reestruturação de quatro quilômetros, entre a BR-304 e a Rota do Sol (RN-063).	Em andamento.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Nesse sentido, de acordo com o quadro 1, a Proposta 1, o Plano de ordenamento, gestão e fiscalização integrada da Orla de Ponta Negra, instituída pela Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Semurb), intenciona realizar uma reordenação do espaço da Orla de Ponta Negra, principal praia urbana e turística de Natal com base em estudos de capacidade, propondo ações para impedir a prática de atividades potencialmente poluidoras e a utilização indevida ao espaço público comum, assim melhorando a qualidade ambiental e paisagística das condições do uso de Ponta Negra/RN.⁵ No plano, a ação será coordenada pela Semurb e integrada pelas Secretarias de Serviços Urbanos, de Saúde (SMS) com a Vigilância Sanitária, de Mobilidade (STTU) e de Defesa Social (Semdes) com a Guarda Municipal, além de contar com apoio das Secretarias de Assistência Social (Semtas), Turismo (Setur), Cultura (Secult), Serviços Urbanos (Urbana), Procon Municipal e da Secretaria de Obras e Infraestrutura (Semov).⁶

Na Proposta 1.1, o programa Nossa Cidade mais Limpa busca recuperar os locais com ações que promovam melhorias estéticas na cidade, realizando retiradas de cartazes, pinturas de pichações, capinação e jardinagem. Diante das pesquisas, identificou-se atuações do programa na cidade de Natal, e as articulações efetivadas

⁵ Natal, P. M. (2017). *Plano de ordenamento, Gestão e Fiscalização*. Natal: Equipe de planejamento - Semurb.

⁶ Disponível em: <<http://natal.rn.gov.br/noticia/ntc-25623.html>>. Acesso em: 04 Jun. 2017.

foram entre a Companhia de Serviços Urbanos de Natal e a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (STTU).

A Proposta 2 que trata da recuperação dos banheiros públicos da Orla de Ponta Negra, recomenda ações de reparação aos danos causados pelo vandalismo. E a secretaria de serviços urbanos (SEMSUR) iniciou o processo de privatização dos banheiros públicos da Orla de Ponta Negra, um processo que já foi realizado em Recife/PE e no Rio de Janeiro/RJ.

O interessante das propostas é ver que o foco não está relacionado ao turista em si, uma vez que eles também fazem uso desse tipo de espaço, mas a comunidade local. Pensou-se em promover lazer e proporcionar melhor qualidade de vida, primeiramente, aos residentes. Logo, destaca-se, que estando o espaço adequado para receber os residentes, esse estará apropriado, conseqüentemente, para aqueles que visitam a cidade.

Na proposta 4, que refere-se a Reurbanização da praça Largo Djalma Maranhão – Av. do contorno, a realização desse projeto de reurbanização possibilita a uma ação de reforma, cuja proposta é dar novo uso e sentido a um espaço já existente e de domínio público. Além disso, podendo fazer parte do projeto a instalação de infraestrutura para criação de novos hábitos, como é o caso da implementação de academias de rua, permite que haja uma maior socialização entre as pessoas e também um estímulo a promoção da saúde.

4.2 Apontamentos e reflexões sobre os planos, programas e projetos da cidade de Natal/RN.

Em síntese, diante do levantamento dos programas, plano, projetos da cidade do Natal/RN, nota-se que as políticas de revitalização concentram-se nas seguintes secretarias: Serviços Urbanos (SEMSUR), a Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB). Além disso, as propostas que foram apresentadas mostra o interesse de reestruturar o ambiente paisagístico da cidade, uma vez que, é de interesse dos atores políticos essa mudança, já que essa necessidade encontra-se no consciente da população cidade do Natal, a mesma vem sofrendo com o aumento da marginalização e criminalização, em virtude, muitas vezes, de espaços inutilizados que acabam sendo foco para realização de condutas indevidas. Ressalta-se, então, que tais acontecimentos alteram a dinâmica local, especialmente, no que se refere a visitação do lugar por parte de turistas, o que demonstra a importância de políticas públicas voltadas para revitalização de espaços.

É relevante destacar que a implementação desses projetos, programas e a ações que devem ser elaborados com a participação das comunidades onde estão sendo inseridos, pois, são propostas públicas que incentivam e afetam o coletivo popular, uma vez que, caso o processo de implementação de um projeto de revitalização, como os discutidos em questão, seja realizado de cima para baixo, de forma hierarquia, vindo como ordem de implementação do governo e não tendo a participação popular, conseqüências como migração dos moradores locais, vandalismos, aumento de criminalidade, são índices que podem aumentar e fazer com que haja um efeito contrário ao da proposta. Como se trata da mudança de uso de um lugar para atrair turistas cabe aos incentivadores dos projetos de revitalização verificar a existência de um potencial de aceitação quanto a receber pessoas vindas de outros lugares, e também de estarem interessadas no aumento de um fluxo de pessoas cada vez maior naquele espaço.

Desse modo, É inadequado impor projetos para uma comunidade através do poder, sem levar em consideração os grupos existentes e que compartilham da dinâmica do lugar, uma vez que o papel do ator público é justamente garantir os direitos dos cidadãos e, portanto, de forma sustentável oferecer modos de melhorar a qualidade de vida das pessoas. (Santos & Castrogiovanni, 2010). Em suma, entende-se que é preciso pensar na inserção dos sujeitos sejam comunidade ou proprietários de estabelecimentos na nova reconfiguração apresentada, de modo a equilibrar o uso do referido espaço pelas pessoas da localidade e também pelos potenciais turistas.

5 Considerações Finais

A partir deste estudo, observou-se que as políticas de revitalização das cidades Natal situada no Rio Grande do Norte, encontram-se instituídas por diferentes secretarias de uma administração pública, mas que existe a tentativa de realizar um trabalho de forma intersetorial, levando em consideração diferentes necessidades de uma localidade. Contudo, essa questão conduz para possibilidade de realização de um estudo para identificar o nível de integração dos diferentes setores envolvidos no tocante a execução destas propostas de revitalização/recuperação.

Verificou-se que, em particular na cidade de Natal é possível visualizar uma preocupação por parte das secretarias públicas voltadas para a elaboração de programas que proporcione uma melhora na qualidade ambiental e paisagística do município, bem como, programas relacionados a revitalização dos espaços urbanos e também especialmente na Orla do litoral. Além disso, destaca-se também o interesse das secretarias trabalharem em forma integrada com outras para a realização dos programas.

Além disso, ressalta como limitação do presente estudo, verifica-se pelo fato da pesquisa ter caráter teórico bibliográfico e não ter sido realizada pesquisa *in loco* para que assim a proposta seja verificada a sua efetuação, porém, foram analisados documentos e informações para a construção do resultado da presente pesquisa, sendo assim, sendo interessantes propostas de futuras pesquisas na mesma temática, buscando compreender melhor as políticas materializadas em projetos, programas e ações desenvolvidas por meio dos atores políticos e suas instituições.

REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C.; FIGUEIREDO, S. L. **Políticas Públicas de lazer em Belém e abordagens intersetoriais**. In: Azevedo, F. F. [et. al] (org.). Turismo em Foco. Belém: NAEA, 2013.

BARRETTO, M. **Revitalização Urbana, Lazer e Turismo**. *Rosa dos ventos*, 15. Recuperado em 2 de junho, 2017, de <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/2127>, 2013.



BEZERRA, A. M. M.; CHAVES, C. R. C. **Revitalização urbana**: entendendo o processo de requalificação da paisagem. *Revista do Centro de estudos em desenvolvimento sustentável*. Nº 1. ago./dez. 2014, p. 1-16. Recuperado em 4 de junho, 2017, de http://www.undb.edu.br/publicacoes/arquivos/rev_ceds_n.1_-_revitaliza%C3%A7%C3%A3o_urbana_entendendo_o_processo_de_requalifica%C3%A7%C3%A3o_da_paisagem_-_aline_bezerra.pdf, 2014.

BOTELHO, T.R. **Revitalização de centros urbanos no Brasil**: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís. *Revista Eure* (Vol XXXI, n 93), pp 53-71, Santiago de Chile, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988**. Recuperado em 01 de junho, 2017, de [Planalto.gov:www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), 1988.

CASTRO, A. T.; FIGUEIREDO, S. L. **Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos**: a Estação das Docas em Belém, Pará. In: Azevedo, F. F. [et. al] (org.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

DUMAZEDIER, J. **A Revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio, 1994.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens viajantes**. São Paulo: Annablume, 2009.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2005.

LEITE, R. P. **Contra usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: UNICAMP. Recuperado em 9 de junho, 2017, de <http://revistas.ucg.br/index.php/habitus/article/download/221/175>, 2004.

LOUREIRO, J. de A.; SOUZA, V. R. F. de P. **Política de lazer e o espaço urbano**: a experiência da revitalização do Cais da Aurora em Recife-PE. *Motrivivência*, Ano XVII, Nº 26, pp. 155-157. Recuperado em 5 de junho, 2017, de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/686>, 2006.

MacCannel, D. **El turista, una nueva teoria de la classe ociosa**. Barcelona: Ed. Melusina, 2003.



MARCELLINO, N. C. **Lazer e sociedade múltiplas relações**. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

Moragas, R. A. & Moragas, W. M. **Revitalização dos espaços públicos de lazer: Exemplo do Parque das Andorinhas - Presidente Prudente - SP/Brasil**. *Observatório Geográfico da América Latina*, 14. Recuperado em 04 de junho, de <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/270.pdf>, 2007.

Natal, P. M. **Plano de Ordenamento, Gestão e Fiscalização**. Natal: Equipe de planejamento - Semurb. Recuperado em 10 de junho, 2017, de <http://www.natal.rn.gov.br/noticia/ntc-25634.html>, 2017.

NÓBREGA, W. R. de M. **Turismo, desenvolvimento, e políticas públicas: limites e avanços no Estado do Pará**. In: Azevedo, F. F. [et. al] (org.). *Turismo em Foco*. Belém: NAEA, 2013.

PRONOVOST, G. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, R. S.; CASTROGIOVANNI, A. C. **O Plano de revitalização do Bairro de Recife trouxe uma nova ordenação espacial ou não?**. *Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul*. Universidade de Caxias do Sul, p. 1-17. Recuperado em 05 de junho, 2017, de http://www.uces.br/ucs/tpISeminTur2010/eventos/seminario_de_pesquisa_semintur/anais/gt07/arquivos/07/O%20Plano%20de%20Revitalizacao%20do%20Bairro%20do%20Recife%20Trouxe%20uma%20Nova%20Ordenacao.pdf, 2010, 2010.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n.16, jul./dez, 2006, p. 20-45.

TAQUARY, I. B.; FAGUNDES, P. S. **Um histórico do planejamento urbano em Natal - RN**. Congresso CONNEP 2010. Recuperado em 17 de junho, 2017, de



<http://congressos.ifal.edu.br/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/917/642>.
2010.